

Índice Firjan Gestão Fiscal - Edição 2025

Panorama das contas dos municípios do Rio Grande do Sul e principais desafios

ANÁLISE ESPECIAL | IFGF

www.firjan.com.br/ifgf

O **Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF)** apresenta uma radiografia completa da situação das contas públicas municipais. O índice é inteiramente construído com base em resultados fiscais oficiais, declarados pelas próprias prefeituras à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e é composto por quatro indicadores¹: **Autonomia**, **Gastos com Pessoal**, **Liquidez** e **Investimentos**. A leitura dos resultados é bastante simples: a pontuação varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais próxima de 1 melhor a gestão fiscal do município. Com o objetivo de estabelecer valores de referência que facilitem a análise, foram convencionados quatro conceitos para o IFGF:

Gestão de Excelência: resultados superiores a 0,8 ponto.

Boa Gestão: resultados entre 0,6 e 0,8 ponto.

Gestão em Dificuldade: resultados entre 0,4 e 0,6 ponto.

Gestão Crítica: resultados inferiores a 0,4 ponto.

A Situação Fiscal dos Municípios Brasileiros

O Brasil enfrenta um ambiente econômico desafiador: juros altos, contas federais em desequilíbrio e incertezas externas. Além disso, consolida-se internamente um quadro de baixa competitividade, que trava o crescimento e afasta investimentos. Nesse cenário, municípios ganham relevância: por estarem mais próximos do cidadão, podem atacar ineficiências e transformar a gestão dos recursos públicos em melhores serviços para a população.

O Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) mostra como os municípios administram seus recursos e evidencia que uma gestão eficiente é decisiva para fortalecer a competitividade do país. Esta edição do índice avaliou as contas de 5.129 cidades a partir dos dados do ano de 2024.

¹ Para mais detalhes, consulte o anexo metodológico: <https://www.firjan.com.br/ifgf/>

Em média, os municípios encerraram o ano em situação fiscal favorável: o IFGF alcançou 0,6531 ponto, o melhor resultado da série iniciada em 2013. Ainda assim, 46 milhões de brasileiros vivem em localidades com gestão ineficiente das contas públicas, permanecendo expostos às oscilações econômicas e políticas.

Na comparação anual, a ampliação das transferências da União foi determinante para o crescimento das receitas municipais e contribuiu para a melhora fiscal das cidades. Essa maior disponibilidade de recursos sustentou a expansão dos gastos, sem comprometer a folga orçamentária. Desta forma, mesmo com baixa autonomia, sobretudo nas cidades menores, as prefeituras encerraram 2024 com melhor planejamento e menor peso das despesas de pessoal no orçamento. Além disso, os investimentos públicos atingiram patamar recorde.

Apesar dos avanços, persistem desafios para transformar esse quadro em desenvolvimento econômico. Sem critérios claros de alocação de receitas e mecanismos de avaliação dos gastos, o ganho fiscal não se converterá em competitividade tampouco em melhorias sociais.

À luz desse cenário, esta análise aborda os principais desafios para a gestão fiscal nos municípios do estado do Rio Grande do Sul². Foram analisadas as contas de 488 dos 497 municípios gaúchos³, onde vivem 11,1 milhões de pessoas - 98,5% da população estadual.

A Situação Fiscal dos Municípios Gaúchos

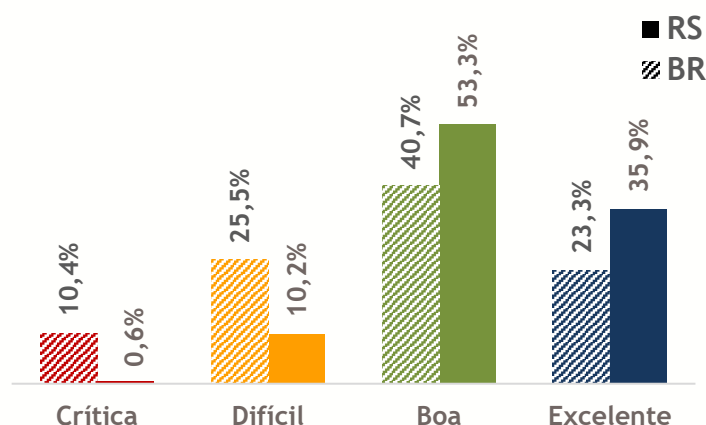
45 prefeituras gaúchas não geram receita suficiente para manter o prefeito e a Câmara

Na média, os municípios gaúchos terminaram o ano de 2024 com uma boa situação fiscal. O IFGF médio do estado alcançou **0,7537 ponto** – 15,4% acima da média nacional (0,6531 pontos). Quase nove em cada dez municípios gaúchos (89,1%) encerraram 2024 com situação fiscal boa ou excelente - dados no gráfico abaixo. Mesmo com esse panorama favorável, 10,2% das prefeituras terminaram o ano em situação fiscal difícil, enquanto 0,6% dos municípios apresentaram um cenário mais crítico.

² O IFGF, com dados específicos de cada município analisado no Brasil, análises e propostas, pode ser consultado através deste link: www.firjan.com.br/ifgf

³ Os dados de nove municípios do estado não foram avaliados devido à indisponibilidade ou inconsistência nas informações declaradas: Bento Gonçalves, Boa Vista do Cadeado, Cândido Godói, Dezesseis de Novembro, Erebangó, Jari, Paim Filho, Piratini e Toropi.

Distribuição da gestão fiscal dos municípios gaúchos em 2024



Na média, os contextos político e econômico favoreceram para que os municípios apresentassem baixa rigidez orçamentária e bons níveis de investimentos e de planejamento financeiro. No entanto, o quadro fiscal das cidades gaúchas foi marcado pelo nível baixo de autonomia, demonstrando a alta dependência por transferências da União.

A seguir serão apresentados os resultados dos quatro indicadores que compõem o IFGF. Além de resumir o quadro fiscal de 2024 dos municípios do Rio Grande do Sul, os indicadores abordam os principais entraves enfrentados pelas prefeituras na gestão dos recursos públicos.

O **IFGF Autonomia** foi o indicador com desempenho médio mais baixo entre os municípios do Rio Grande do Sul: **0,5962 ponto**. No entanto, o indicador ficou 35,4% acima da média nacional (0,4403). O IFGF Autonomia avalia se as receitas geradas pela atividade econômica local são suficientes para cobrir as despesas essenciais ao funcionamento da administração municipal⁴. Em 2024, 47,3% dos municípios do estado - 231 de 497 - ficaram com conceito C ou D no indicador. Desse grupo, 45 prefeituras não foram capazes sequer de suprir suas despesas básicas e, portanto, receberam nota zero no indicador.

O IFGF Autonomia evidencia um problema que é crônico na esfera municipal: A alta dependência de municípios por transferências de recursos públicos da União para suprir necessidades mínimas locais. As consequências são: vulnerabilidade frente ao ciclo econômico e político, desincentivo a gestão fiscal responsável e estagnação da base econômica no município.

No extremo oposto ao indicador de Autonomia, o **IFGF Gastos com Pessoal** foi a vertente com melhor desempenho no estado. A pontuação de **0,8918 ponto** - 11,6% mais alta que a média nacional (0,7991) - reflete que as prefeituras do estado possuem uma excelente flexibilidade orçamentária e baixo peso da folha

⁴ São consideradas como despesas essenciais ao funcionamento da máquina pública aquelas destinadas ao funcionamento da Câmara Municipal e da estrutura administrativa da prefeitura.

de pagamentos de salários e aposentadoria de servidores. Dos 437 municípios que ficaram com conceito bom ou excelente no indicador, 288 (59,0% do total de municípios) receberam nota máxima por destinarem menos de 45% de seu orçamento para despesas com pessoal.

Apenas 13 prefeituras⁵ comprometem mais de 54% da Receita com a folha de salário e aposentadorias do funcionalismo público⁶. Entre essas cidades⁷, duas destinam mais de 60% da receita para esse tipo de despesa, ou seja, ultrapassaram o limite máximo para gasto com pessoal determinado pela LRF.

O contexto de alta disponibilidade de receitas tem favorecido para um cenário majoritariamente positivo neste indicador. Entretanto, é fundamental que os gestores disponham de ferramentas e de flexibilidade orçamentária para lidar de forma eficiente com alterações nos ciclos econômicos e mudanças nas demandas sociais.

No **IFGF Liquidez**, que avalia se as prefeituras dispõem de recursos em caixa para cumprimento das obrigações financeiras de curto prazo, os municípios gaúchos apresentaram bom desempenho: **0,7896 ponto**, 18,1% acima do registrado na média dos municípios do país (0,6689). Dos 488 municípios analisados no estado, 401 fecharam o exercício de 2024 com alta liquidez e receberam nota máxima no indicador. Apenas seis prefeituras⁸ terminaram o ano no “cheque especial”, ou seja, sem recursos em caixa suficientes para cobrir as despesas postergadas para o ano seguinte e, por isso, ficaram com nota zero no indicador.

Por fim, o **IFGF Investimentos**, que mede a parcela da receita destinada aos investimentos públicos, teve resultado médio de **0,7374 ponto**, 4,7% acima da média dos municípios brasileiros (0,7043). Dos 488 municípios analisados, 326 (66,8%) apresentaram elevado nível de investimento público em 2024, dentre os quais 171 prefeituras ficaram com nota máxima no indicador ao destinarem mais de 12% do orçamento para esse tipo de despesa. A destinação de recursos para investimentos públicos é fundamental para a geração de bem-estar para população quanto para o desenvolvimento do ambiente de negócios local.

⁵ Arroio dos Ratos, Bagé, Barão do Triunfo, Caçapava do Sul, Cacequi, Cambará do Sul, Candiota, Chuí, Itaqui, Lagoão, Osório, Rio Grande e Rosário do Sul.

⁶ A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) determina um limite de alerta de 54% da RCL para Gastos com Pessoal. Quando os municípios atingem esse limite a lei determina que adotem medidas de ajuste fiscal, reduzindo despesas com pessoal e contingenciando novos gastos. Quando o município ultrapassa o limite de 60% de gasto com pessoal, a LRF obriga a reduzir a despesa nos dois quadrimestres seguintes, inclusive com corte de cargos comissionados e funções de confiança.

⁷ Arroio dos Ratos e Bagé

⁸ Araricá, Arroio dos Ratos, Bagé, Candiota, Santa Clara do Sul e Xangri-lá.

Destaque: Porto Alegre - RS

Em 2024, a capital gaúcha apresentou boa gestão fiscal, ao registrar nota **0,7265** no IFGF Geral. Porto Alegre se destacou ao alcançar notas máximas nos indicadores de **Autonomia** e **Gasto com Pessoal**. No indicador **Liquidez**, o município também registrou bom desempenho, com pontuação de 0,6492 ponto.

Por outro lado, o indicador de **Investimentos** não permitiu que a cidade tivesse um desempenho mais elevado no IFGF: o nível de investimentos públicos foi crítico em 2024, representado pela nota 0,2569 ponto. A parcela da receita total do município que é destinada para investimentos é baixa, o que compromete a adoção de medidas que possam proporcionar melhor qualidade de vida à população e melhoria do ambiente de negócios no município.

Na comparação com as capitais das 26 unidades federativas, Porto Alegre ficou na 18ª posição. A menor liquidez, frente a média das capitais, e a 2ª pior nota em Investimentos - apenas à frente de São Luís - foram fatores que influenciaram para Porto Alegre se posicionar na metade inferior do ranking das capitais.

Ainda assim, a análise histórica mostra que a capital mantém uma sólida trajetória de boa gestão fiscal, com dados históricos positivos em relação à Autonomia e aos Gastos com Pessoal. O município também possui bom planejamento financeiro desde 2020, mesmo que a nota tenha caído nos últimos dois anos. A nota crítica no indicador Investimentos, que tem se perpetuado por anos, impede que Porto Alegre alcance a excelência na gestão das contas.

Tabela 3: Evolução da Gestão Fiscal no Município de Porto Alegre

Ano	IFGF Geral	Autonomia	Gastos com Pessoal	Liquidez	Investimentos
2013	0,7640	1,0000	0,5604	0,5996	0,8960
2014	0,7340	1,0000	0,7816	0,4477	0,7066
2015	0,6885	1,0000	0,6583	0,6070	0,4885
2016	0,6660	1,0000	0,5553	0,5301	0,5787
2017	0,5801	1,0000	0,4459	0,4957	0,3787
2018	0,6034	1,0000	0,6002	0,4933	0,3201
2019	0,6526	1,0000	0,8249	0,5501	0,2352
2020	0,7382	1,0000	1,0000	0,6399	0,3129
2021	0,7636	1,0000	1,0000	0,7821	0,2724
2022	0,7841	1,0000	1,0000	0,8084	0,3279
2023	0,7390	1,0000	0,9200	0,7577	0,2784
2024	0,7265	1,0000	1,0000	0,6492	0,2569
Média RS 2024	0,7537	0,5962	0,8918	0,7896	0,7374
Média Capitais 2024	0,7888	0,9039	0,8102	0,7360	0,7050

EXPEDIENTE: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) - Av. Graça Aranha, 01 CEP: 20030-002 - Rio de Janeiro | Presidente: Luiz César Caetano | Diretor de Competitividade Industrial, Inovação Empresarial e Comunicação Corporativa: Maurício Fontenelle Moreira | Gerente Geral de Competitividade: Luís Augusto Azevedo | Gerente de Estudos Econômicos: Jonathas Goulart | Equipe Técnica: Nayara Freire, Antônio Carvalho e Jefferson Guilherme.

Informações: economia@firjan.com.br

Visite nossa página: <https://www.firjan.com.br/ifgf/>